

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202304/0825
Tipo Oferta:	Mobilidade Interna
Estado:	Ativa
Nível Orgânico:	Outros
Orgão / Serviço:	Direção Geral do Tribunal de Contas
Regime:	Carreiras Gerais
Carreira:	Técnico Superior
Categoria:	Técnico Superior
Grau de Complexidade:	3
Remuneração:	Posição remuneratória do trabalhador + suplemento mensal de disponibilidade permanente
Suplemento Mensal:	0.00 EUR

As funções a exercer são as enquadráveis no conteúdo funcional da carreira e categoria de técnico superior, no âmbito das competências da Divisão de Gestão Financeira (DGF), da Divisão de Processamento de Abonos (DPA) e da Divisão de Aquisições e Administração Geral (DAAG) do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP), conforme Regulamento de Organização e Funcionamento da Direção-Geral do Tribunal de Contas-Sede (Regulamento n.º 739/2021, publicado no DR n.º 153, 2.ª série, de 09.08.2021).

Referência A – Exercício de funções consultivas e de estudos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentem e preparem as decisões na área de processamento de abonos.

Caracterização do Posto de Trabalho: Referência B - Elaboração de estudos e/ou informações que fundamentem e preparem as decisões na área da contabilidade e da gestão financeira; execução de atividades específicas na área financeira bem como nas áreas conexas relacionadas com a atividade do departamento; aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica.

Referência C - Garantir a prossecução dos objetivos organizacionais no âmbito da contratação pública, designadamente: elaboração de estudos e/ou pareceres nas matérias da contratação pública e regime de realização de despesa, elaboração de peças do procedimento, participação em júris de procedimentos de aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas.

Referência D – Elaboração de informações no âmbito da prossecução dos objetivos organizacionais, análises económico financeiras, análises e estudos prévios à preparação dos procedimentos concursais a iniciar, funções de controlo financeiro na área de execução e gestão dos contratos.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica:	CTFP por tempo indeterminado
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
Habilitação Literária:	Licenciatura
Descrição da Habilitação Literária:	Verifique a referência e a respetiva habilitação exigida

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Direito	Direito
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Contabilidade	Contabilidade e Fiscalidade
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Economia
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Gestão
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Administração e Gestão de Empresas
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Contabilidade	Contabilidade e Auditoria

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Direção Geral do Tribunal de Contas	6	Av. Barbosa du Bocage, 61	Lisboa	1069045 Lisboa	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 6

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Requisitos gerais de admissão:

Trabalhadores integrados na carreira geral de técnico superior detentores de relação jurídica de emprego público previamente constituída na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Requisitos específicos de admissão:

Referência A – Licenciatura na área de Direito.

Referência B – Licenciatura na área de Contabilidade e Fiscalidade, Economia ou Gestão e Administração.

Referência C – Licenciatura na área de Direito;

Referência D - Licenciatura na área de Gestão e Administração, Economia ou Contabilidade e Fiscalidade.

Requisitos preferenciais de admissão:

Referência A

i. Experiência profissional comprovada de, pelo menos, 3 anos, em órgãos e serviços integrados na administração direta e indireta do Estado ou na administração autárquica, na:

a. Execução de procedimentos de controlo interno no âmbito das suas atividades;

b. Análise dos diplomas legais referentes ao processamento de abonos e legislação conexa;

c. Elaboração de estudos e/ou informações enquadrados nas tarefas afetas à divisão;

ii. Domínio do Office (Word, Excel, Outlook e PowerPoint);

iii. Autoconfiança, autonomia, boa capacidade de comunicação e argumentação na interação com diferentes interlocutores;

iv. Elevado sentido de responsabilidade, isenção e confidencialidade.

Referência B

i. Experiência profissional comprovada de, pelo menos, 3 anos, em órgãos e serviços integrados na administração direta e indireta do Estado ou na

administração autárquica, na:

- a. Preparação dos projetos de orçamentos, de acordo com a orientação e objetivos superiormente definidos;
- b. Organização e elaboração de contas de gerência e contas consolidadas, de acordo com o SNCAP — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- c. Gestão financeira, incluindo o controlo contabilístico-financeiro das operações;
- d. Classificação e registo dos factos financeiros;
- e. Emissão e controlo de faturação;
- f. Realização de recebimentos e pagamentos;
- g. Gestão e controlo de ativos;
- h. Gestão e controlo de bens de consumo em armazém;
- i. Execução de procedimentos de controlo interno no âmbito da atividade da divisão;
- ii. Domínio do Office (Word, Excel, Outlook e PowerPoint);
- iii. Autoconfiança, autonomia, boa capacidade de comunicação e argumentação na interação com diferentes interlocutores;
- iv. Elevado sentido de responsabilidade, isenção e confidencialidade;
- v. Experiência em sistema GERFIP;
- vi. Experiência na utilização das plataformas de reporte de informação.

Referência C

- i. Experiência profissional comprovada de, pelo menos, 5 anos, em órgãos e serviços integrados na administração direta e indireta do Estado ou na administração autárquica, na área de contratação pública, incluindo empreitadas de obras públicas de elevada complexidade;
- ii. Experiência profissional na elaboração das peças do procedimento, na publicitação, instrução e acompanhamento de procedimentos de contratação pública;
- iii. Experiência na utilização das plataformas de contratação pública eletrónica;
- iv. Domínio do Office (Word, Excel, Outlook e PowerPoint);
- v. Autoconfiança, autonomia, boa capacidade de comunicação e argumentação na interação com diferentes interlocutores;
- vi. Elevado sentido de responsabilidade, isenção e confidencialidade.

Referência D

- i. Experiência profissional comprovada de, pelo menos, 5 anos, em órgãos e serviços integrados na administração direta e indireta do Estado ou na administração autárquica, na área das funções que caracterizam o posto de trabalho;
- ii. Domínio do Office (Word, Excel, Outlook e PowerPoint);
- iii. Autoconfiança, autonomia, boa capacidade de comunicação e argumentação na interação com diferentes interlocutores;
- iv. Elevado sentido de responsabilidade, isenção e confidencialidade.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: recrutamentotecsup@tcontas.pt

Contacto: 217945100

Data Publicitação: 2023-04-26

Data Limite: 2023-05-11

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial:

Observações

Prazo e forma de apresentação das candidaturas:

Os/as interessados/as devem, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), enviar requerimento dirigido ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, para o endereço recrutamentotecsups@tcontas.pt, identificando, no assunto do e-mail, o correspondente Código de Oferta e a referência A, B, C ou D a que se candidatam, acompanhado de curriculum vitae com descrição detalhada da experiência profissional, assinado pelo/a candidato/a, e de uma declaração atualizada (até 6 meses) do serviço de origem com a menção expressa da modalidade de relação jurídica de emprego, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratório atualmente detidos.

Métodos de seleção:

A seleção dos/as candidatos/as será efetuada com base na análise curricular, complementada com uma entrevista profissional de seleção, sendo apenas convocados para a realização da entrevista profissional de seleção os/as candidatos/as que, pela análise do respetivo currículo, demonstrem ter o perfil pretendido.

Proteção de Dados Pessoais:

Em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, informa-se que os dados pessoais solicitados em sede de candidatura a este procedimento, apenas serão utilizados para efeitos do mesmo.

Em qualquer momento podem ser exercidos os direitos de acesso e oposição ao tratamento dos dados, nos termos da legislação em vigor.
